

Congresso Nacional poderá ter autoconvocação com pauta própria

por Adriana Vasconcelos
de Brasília

O governo decidiu deixar de fora da pauta de convocação extraordinária do Congresso Nacional algumas das sugestões apresentadas ontem pelos presidentes do Senado, senador Mauro Benevides (PMD-CE), e da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), como por exemplo o pedido de inclusão do projeto de lei que prevê o reajuste em 100% os salários dos servidores do Legislativo.

A decisão do presidente Itamar Franco não repercutiu bem no Congresso Nacional. Benevides anunciou ontem que o Legislativo poderá se autoconvocar, paralelamente à convocação do Executivo, e formular a sua própria pauta de trabalhos. Essa autoconvocação será o tema de uma reunião que Benevides deverá ter hoje com Ibsen Pinheiro.

Para Benevides, seria muito mais fácil a elaboração de uma pauta única. "Acho que não haveria nenhum inconveniente se o Executivo acatasasse os pedidos do Congresso", comentou ontem à tarde, logo após saber, pelo ministro-chefe da Casa Civil, Henrique Hargreaves, que o governo não incluiria na pauta de convocação matérias de iniciativa de parlamentares



Mauro Benevides

ou de competência exclusiva do Legislativo.

MINAS GERAIS

Além de deixar, dessa forma, de fora da pauta de convocação os aumentos dos servidores do Legislativo (que têm data-base em janeiro e sempre recebem o mesmo índice de reajuste dos funcionários do Judiciário e Executivo), o governo não aceitou colocar entre as prioridades de votação do Senado o projeto de lei que regulamenta a rolagem do Estado de Minas Gerais.

O líder do governo na Câmara, deputado Roberto Freire (PPS-PE), um dos articuladores da pauta de convocação proposta pelo

Executivo — que deverá ter dezenove itens, começando pelo ajuste fiscal (ver box) e a proposta orçamentária da União para este ano —, disse ontem que não vê problemas na decisão do presidente Itamar. "Não considero que isso venha a comprometer o relacionamento entre os dois poderes. Ainda mais porque os presidentes da Câmara e Senado podem fazer um aditamento à pauta proposta pelo Executivo. O que não poderíamos é es-

tabelecer na nossa pauta matérias de competência exclusiva do Legislativo", reforçou.

O Executivo deve publicar em edital, hoje, a convocação extraordinária do Legislativo, junto com a pauta de trabalhos prevista para começar no dia 11 e terminar no final de janeiro. O senador Mauro Benevides já convocou sessão de instalação do Congresso Nacional para a próxima segunda-feira, às 15h.